

“Lula nunca será livre”: a ofensiva ao inimigo em grupo bolsonarista no Telegram

"Lula will never be free": the offensive against the enemy in a bolsonarist group on Telegram

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2021, vol. 11(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2021.11.1.452

 Open Access Journal

Priscilla Cabral Dibai

Universidade Federal da Bahia
[Federal University of Bahia]

Resumo

Este artigo discute a repercussão em torno da soltura da prisão do ex-presidente Lula, em comunidade on-line de partidários de Jair Bolsonaro, no Telegram (22 mil inscritos). O objetivo foi identificar como esses apoiadores reagiram discursivamente ao acontecimento e as práticas comunicativas mobilizadas na conversação. Como resultado, identificou-se um ostensivo processo de ataque à imagem de Lula e do Supremo Tribunal Federal (STF), construídos como maléficos ao país. O trabalho notou que os bolsonaristas defenderam desde pressão popular pela PEC da Segunda Instância até intervenção militar, com implantação de uma ditadura. Os partidários mobilizaram, durante o caso, distintos recursos: desinformação intencional, linguagem ofensiva, teorias conspiratórias, superestimação da própria causa/líder e repetição de jargões e slogans, que despolitizam e simplificam o debate público.

Palavras-chave: Bolsonarismo on-line, Lula, STF, Jair Bolsonaro, Telegram.

Abstract

This article discusses the repercussions surrounding the release of former President Lula's prison, in an online community of supporters of Jair Bolsonaro, on Telegram (22 thousand subscribers). The objective was to identify how these supporters reacted discursively to the event and the communicative practices mobilized in the conversation. As a result, an ostensive process of attacking the image of Lula and the Federal Supreme Court (STF) was identified, built as harmful to the country. The work noted that the members defended from popular pressure by the PEC of the Second Instance to military intervention, with the implantation of a dictatorship. The supporters mobilized, during the case, different resources: intentional misinformation, offensive language, conspiracy theories, overestimation of the cause/leader itself and repetition of jargon and slogans, which depoliticize and simplify the debate and the argument as much as possible.

Keywords: Bolsonaroism on-line, Lula, STF, Jair Bolsonaro, Telegram.

“Lula nunca será livre”: a ofensiva ao inimigo em grupo bolsonarista no Telegram

Priscilla Cabral DIBAI

Este artigo analisou os sentidos construídos em torno da soltura da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em comunidade *on-line* de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, na plataforma *Telegram*, com o objetivo de identificar valores, crenças e práticas comunicativas mobilizadas durante a interação.

O grupo analisado se autodeclara “exclusivo para direitistas apoiadores do presidente”, tem um número expressivo de inscritos, participação ativa dos membros, é gerenciado por administradores e *bots* (que podem banir usuários, apagar postagens em massa e fixar mensagens no topo da tela do *chat*) e funciona como um importante espaço de militância e circulação de ideias relacionadas ao bolsonarismo. Criado em 2017, serviu como comunidade de apoio ao candidato Bolsonaro nas eleições. Após a vitória, foi convertido em um grupo pró-presidente.

A libertação de Lula ocorreu em 8 de novembro de 2019, um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar inconstitucional a prisão em segunda instância, pelo placar apertado de 6 x 5 votos. O ex-presidente foi preso em 7 de abril de 2018, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro¹, em investigações da Operação Lava Jato. Figura central do Partido dos Trabalhadores (PT), governou o país por dois mandatos (2002 e 2006). Passou a figurar como arqui-inimigo da direita em meados de 2010, associado à corrupção (Telles, 2015; Ortellado e Solano, 2016; Solano, 2018).

Considerando o contexto de polarização política e a ascensão de uma direita mais radical no país, o caso Lula é importante para verificar como são tratados os adversários, os enredos criados em seu entorno e como a política de destituição do outro tem avançado no Brasil recente. Além disso, o artigo busca descrever parte do cotidiano e do ambiente

¹ Lula foi condenado em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro, em julho de 2017, com pena de 9,5 anos de prisão. A condenação foi mantida pelo tribunal de segunda instância (TRF-4), em janeiro de 2018, com aumento da pena para 12 anos. Em abril de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu a pena para oito anos e dez meses.

no qual atuam esses partidários. O objetivo é contribuir para um melhor entendimento das redes bolsonaristas *on-line*, mapeando suas dinâmicas, identificando seus discursos e analisando seus impactos à democracia e sociedade.

O artigo também é relevante porque estuda uma comunidade do *Telegram*², plataforma pouquíssimo utilizada como fonte de dados de pesquisas no Brasil, até então, que oferece criptografia de ponta a ponta e celebra nunca ter disponibilizado “nenhum *byte* de dados de usuários para terceiros”³. Além do mais, o grupo bolsonarista analisado vem apresentando um crescimento expressivo no número de membros ao longo do tempo, subindo de 17 mil em maio de 2019 (quando se começa o monitoramento) para 42 mil em janeiro de 2021.

Procedimentos metodológicos

O artigo analisou a conversação *on-line* de um grupo pró-Bolsonaro no *Telegram*, que, no ato da coleta, reunia cerca de 22 mil inscritos. A conversa foi extraída via *Telegram Desktop*. A exportação é permitida a qualquer integrante e feita de forma automática pelo próprio aplicativo, que gera pastas específicas, com arquivos em formato HTML (mensagens de texto) e JPG (imagens). As perdas resultantes da conversão são driblavéis e não comprometem a análise.

Pelo sofisticado sistema de criptografia da plataforma e pela recusa de parte desses partidários em participar de pesquisas acadêmicas, a estratégia tem sido ingressar nesses grupos de forma anônima e não-participante. A adesão ocorre por meio de *link*, de modo que um membro antigo pode convidar um membro novo. Monitora-se a referida comunidade desde maio de 2019.

O caso Lula engloba o intervalo temporal de 7/11/2019, às 21h – após o encerramento da votação do STF sobre a segunda instância – até às 23h59 do dia 11/11/2019, quando se verifica que o assunto não tem mais facticidade no grupo. O estudo se concentrou nas

² Plataforma gratuita de troca de mensagens instantâneas criada em 2013, pelos irmãos russos Pavel e Nikolai Durov. O *Telegram* permite acesso simultâneo em diferentes plataformas (celulares, tablets e computadores) e o compartilhamento ilimitado de fotos, vídeos e arquivos (doc, zip, mp3 etc.).

³ Informação disponibilizada no F.A.Q do *Telegram*. Ver em <https://telegram.org/faq?setln=pt-br>. Acesso em: 20 abr. 2020.

mensagens textuais (aproximadamente 14 mil⁴) e imagens (cerca de 3.000 arquivos). Áudios, vídeos, *gifs* e *stickers* foram descartados.

O trabalho está estruturado nas seguintes questões: 1) Como os apoiadores do presidente se comportaram discursivamente no caso da soltura do ex-presidente Lula?; 2) Quais soluções foram apresentadas ao conflito percebido?; 3) Quais práticas comunicativas foram modalizadas pelos usuários durante a conversação?

Para responder a essas perguntas, primeiro levou-se em conta a dinâmica do acontecimento. Como dois fatos principais marcaram o caso (a votação da prisão em segunda instância e a libertação de Lula), optou-se por acompanhar a repercussão em torno de cada um, considerando que em conversas instantâneas *on-line*, de fluxo contínuo, são produzidas diversas ondas opinativas em um mesmo dia ou até em um mesmo turno.

Com os dados coletados, iniciou-se a leitura completa da conversação. A estratégia foi explorar a comunidade ao máximo, registrando no caderno de campo a maior pluralidade possível de discursos e enredos localizados. Depois, por meio da busca por palavra-chave, focou-se nos trechos em que o termo “lula” e equivalentes (“nine”, “nove dedos”, “luladrão” e “molusco”), bem como “stf” e similares (“supremo”, “judiciário”) foram referidos, observando seus sentidos, adjetivos ou valores mobilizados no entorno, assim como vínculos atribuídos.⁵

Após isso, focou-se na diferença construída, uma vez que o acontecimento – percebido como derrota – marcou positivities ao grupo vítima (“nós”) e negatividades ao grupo ameaçador (“eles”). Sobre as imagens/fotos, a atenção se voltou ao sentido, personagem, tom adotado e frequência de aparição. Por compromisso ético, apenas imagens serão usadas para ilustrar os discursos.

⁴ Cada inserção (ou cada envio) é contada como uma mensagem, independentemente da quantidade de caracteres, de modo que pode conter apenas um “oi” ou um texto enorme, de 20 linhas. No geral, as mensagens são curtas.

⁵ O trabalho chegou a averiguar a frequência das palavras, bem como produziu tabelas de coocorrências. No entanto, as tentativas de quantificação se mostraram pouco esclarecedoras e até confusas, tamanha a subnotificação e a impossibilidade de controlar o ambiente para medições plausíveis e mais ajustadas. A informalidade, a fragmentação, a ambiguidade, a criatividade, o volume de dados etc. impõem grandes desafios. Ver mais na conclusão.

Discussão com a teoria

Este artigo parte do pressuposto de que a comunidade *on-line* analisada se alinha à direita radical, cuja ascensão tem sido notada em diversas partes do mundo, desde o fim do século XX. No Brasil, esse espectro triunfa com Jair Bolsonaro, eleito presidente da República em 2018. Diante dos impactos na comunicação e sociedade, pesquisadores têm tentado entender melhor esse contexto e fenômeno, mapeando, inclusive, suas produções discursivas e formas de atuação na internet.

As redes bolsonaristas *on-line* têm chamado a atenção pelo alto engajamento com a liderança e pelos conteúdos que disseminam, nem sempre civis e tolerantes. Características dessa militância *on-line* aparecem em diversos ensaios: alta carga emocional, toxicidade contra *outgroups*, visão belicosa e altamente polarizada, utilização das redes sociais como “espaço de guerra”, flerte com a violência, crença na hierarquia etc. (Abranches, 2019; Alonso, 2019; Dunker, 2019; Mendes, 2019).

Alguns trabalhos já se debruçaram sobre essas redes no *WhatsApp* (Piaia e Alves, 2020; Bursztyrn e Birnbaum, 2019; Cesarino, 2019; Chagas, Modesto e Magalhães, 2019), mas ainda sabe-se muito pouco sobre a ação desses partidários no *Telegram*, que oferece o diferencial de suportar grupos de até 200 mil membros, contra 256 pessoas do *WhatsApp*, seu principal concorrente.

O *Telegram* tem se firmado como um refúgio para partidários extremos por conceder, ao mesmo tempo, alcance público e segurança técnico-operacional (Urman e Katz, 2020; Rogers, 2020; Clifford e Powell, 2019). A adesão desse tipo de usuário tem sido ainda maior depois que outras redes sociais, como *Facebook*, *YouTube* ou *Twitter*, ampliaram os esforços para barrar discursos violentos e inverdades (Urman e Katz, 2020).

A criação de comunidades *on-line* tem sido uma das estratégias comunicativo-ideológicas dessa direita mais radical, buscando indivíduos de ideias similares que antes se encontravam dispersos e formando redes potencialmente ofensivas e até violentas (Darmstadt, Prinz e Saal, 2019; Scrivens, 2017). Quanto maior a convergência ideológica, mais duradouros os laços firmados *on-line* (Bright, 2017). Esses grupos servem como fontes de informação e militância, de modo que tendem a influenciar significativamente a opinião dos integrantes (Price, Nir e Capella, 2006), que quanto mais expostos às

discussões, mais polarizam a própria opinião, tendendo cada vez mais a uma comunicação do tipo “nós” *versus* “eles” (Scrivens, 2017).

Ao analisar grupos radicais de direita na internet, de diversas partes do mundo, trabalhos chamam a atenção para determinadas características ou comportamentos. Sakki e Pettersson (2016) estudaram blogs de partidários da direita radical na Finlândia e Suécia e notaram que o tom discursivo adotado forjava uma situação de risco iminente, como se a nação estivesse sendo destruída por imigrantes e refugiados, construídos como nocivos e problemáticos, que ameaçavam a paz e o “verdadeiro povo nacional”, apelando para o pânico e incitando os membros a se mobilizarem.

Tornberg e Wahlstrom (2018) identificaram a “*trench warfare*” (“guerra de trincheiras”) como a dinâmica comunicativa de um grupo radical suíço que combatia imigrantes, muçulmanos e feministas. A estratégia consistia em divulgar materiais favoráveis – que eram confirmados – e contrários – que eram desmentidos, ridicularizados e rejeitados. Assim, os conteúdos discordantes, a maioria proveniente da mídia, serviam como alertas do que não acreditar e combater.

Heiss e Matthes (2019), que estudaram grupos da Áustria e da Alemanha, identificaram que os direitistas radicais usavam altíssima emotividade nas referências aos inimigos construídos. Quanto maior o engajamento com a causa, maior a ofensividade manifestada. Klein e Muis (2019), ao compararem a atividade *on-line* de instituições partidárias e grupos informais de apoiadores de direita na Europa, identificaram que as comunidades de militantes usavam um tom muito mais agressivo, direto e preconceituoso do que os partidos.

Scrivens (2017), que estudou neonazistas do Canadá, concluiu que quanto mais radical o integrante, mais ativo na conversação ele tendia a ser. Além disso, identificou que lideranças conhecidas no mundo *offline* eram os usuários mais ativos e radicais no espaço *on-line*, sugerindo coerência entre os dois mundos. Ele notou ainda que a construção discursiva do ódio passava por mensagens emocionais, depreciativas e divisionistas (nós x eles).

Wojcieszak (2011) notou que neonazistas estadunidenses, em fóruns *on-line*, tendiam a manifestar o chamado “falso consenso”, ou seja, a superestimação do apoio público às

suas causas e opiniões. De forma complementar, Luzsa e Mayr (2019) concluíram que quanto mais homogênea a rede *on-line* (pessoas com mesmo ponto de vista), quanto maior o tempo de imersão nessas redes e quanto menor a tolerância à ambiguidade, maior a superestimação do apoio a seus valores e crenças. Os autores identificaram a intolerância ao contraditório como o preditor de maior impacto na manifestação do falso consenso, sugerindo que essa atitude pode direcionar o que o cidadão consome, que fontes utiliza e até a inversão das informações para adequá-las às próprias ideias.

Tratando diretamente de pesquisas relacionadas ao bolsonarismo, o uso do *WhatsApp* foi considerado um diferencial da campanha presidencial de Bolsonaro, atuando para que sua mensagem chegasse a um grande número de votantes (Bursztyn e Birnbaum, 2019; Piaia e Alves, 2020). Durante o período, os direitistas estiveram mais conectados e enviaram mais conteúdo multimídia do que os esquerdistas, indicando alto engajamento da direita (Bursztyn e Birnbaum, 2019). Piaia e Alves (2020) sugeriram que houve forte coordenação e direcionamento comunicativo nos grupos de *WhatsApp* pró-Bolsonaro nas eleições, de modo que a interação não se deu pela espontaneidade da adesão popular.

Ainda sobre o pleito, Chagas, Modesto e Magalhães (2019) identificaram que a circulação de memes contra a esquerda, além de persuadir, mobilizavam os usuários, a partir da instrumentalização do medo. Também perceberam a comunicação do grupo como uma combinação entre atividades coordenadas e reações espontâneas, com a base de usuários tendendo a corroborar o clima de opinião existente. Os autores notaram ainda a presença de um “clima de guerra”, apelos emocionais e uso de sentidos generalizantes na construção negativa da esquerda.

Cesarino (2019) identificou, entre os bolsonaristas, o que chamou de “espelho invertido”, ou seja, a prática de se apropriar de narrativas contrárias e ressignificá-las a partir de seus valores ou inverter relações de poder ou sentido antes amplamente aceitos. Ela detectou também que as mensagens atuavam no plano do afeto e se estruturavam em forte binarismo (nós x eles). Para a autora, a propagação do conteúdo no *WhatsApp*, durante a campanha eleitoral, se deu, em larga medida, de forma espontânea, por meio da agência humana de usuários comuns.

Outros trabalhos encontraram relação positiva entre a produção/difusão de notícias falsas e as redes bolsonaristas *on-line* (Fausto Neto, 2018; Recuero, 2019; Gomes e Dourado, 2019). Também se sabe que houve impulsões feitas por agências profissionais e criação de perfis falsos. O próprio *WhatsApp* informou ao Tribunal Superior Eleitoral brasileiro que baniu a conta de uma agência contratada pela campanha de Bolsonaro por envio em massa de mensagens.⁶

Além desses achados, a presença de pautas nitidamente antidemocráticas, como a apologia à ditadura militar e pedidos pelo fechamento do Congresso e Judiciário, foi detectada nessas redes, no *WhatsApp* (Nemer, 2019) e *Telegram* (Dibai, 2020). Forte adesão ao líder, ataque hostil a oponentes, efeito de falso consenso e compreensão porosa do que seria a democracia foram alguns aspectos notados por Dibai (2020), em grupo do *Telegram* pró-Bolsonaro.

Por tudo isso, pesquisas têm mostrado preocupação com os riscos que esse tipo de ambiente e partidários podem oferecer à democracia. Para Albrecht, Fielitz e Thurston (2019), o sucesso eleitoral obtido em diversos países (Índia, Rússia, Brasil, Estados Unidos, Hungria e Turquia) levou adeptos de uma direita mais extrema a compartilhar abertamente conteúdo ofensivo e promover incitações odiosas contra pessoas vulneráveis. Sunstein (2001) e Bright (2017) apontam a intolerância ao contraditório e a busca por homogeneidade ideológica – comportamentos associados a partidários extremos – como perigos à sociedade democrática.

Tucker *et al.* (2018) sinalizam que a construção da visão de mundo formada a partir da polarização extrema gera percepções equivocadas que afetam negativamente as políticas e a vivência social. A execração de *outgroups*, tomados como bodes expiatórios aos problemas nacionais, tem levado a questionamentos sobre o quanto esse tipo de apoiador flerta com a violência, discriminação e preconceito (Abranches, 2019; Dunker, 2019; Alonso, 2019; Darmstadt, Prinz e Saal, 2019; Tornberg e Wahlstrom, 2018; Scrivens, 2017). A desinformação intencional é outro aspecto preocupante, que implica sérios

⁶ Ver em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/05/whatsapp-diz-ao-tse-que-baniu-conta-de-agencia-da-campanha-de-bolsonaro.htm>. Acesso em 18 jul. 2020.

danos à democracia (Benett e Livingston, 2018; Fausto Neto, 2018; Gomes e Dourado, 2019).

Os dados

A fúria contra a decisão do STF

Assim que o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, finalizou seu voto, declarando a inconstitucionalidade da prisão em segunda instância, na noite de 07/11/19, os apoiadores do presidente Bolsonaro partiram para a ofensiva. Sequências ininterruptas de críticas e mensagens enfurecidas tomaram o ambiente da conversação: “O STF é uma vergonha”, “É um câncer”, “É uma máfia maldita”, “A impunidade venceu”. *Tags* foram (re)lançadas e o grupo prontamente aderiu: #ForaSTF, #VergonhaSTF, #VergonhaSTFNacional e #ToffoliVergonhaNacional.

Enfurecida, a comunidade propôs novas regras e limites ao Judiciário: fim dos cargos vitalícios e membros eleitos pela população. Alguns queriam o *impeachment* de todos os ministros. Outros, mais radicais, o fechamento da instituição e a implantação de uma ditadura. Parte dos membros interpretou o episódio como um afrouxamento legal-penal absurdo e temerário, que “libertaria milhares de presos” e colocaria “mais pedófilos e assassinos nas ruas”. A decisão do Supremo representava uma ameaça aos valores punitivistas dos radicais de direita, além disso soava como uma afronta aos esforços da Lava Jato, de prender políticos e frear a corrupção.

Logo no primeiro momento, o grupo associou o resultado da votação à libertação de Lula, construindo narrativas de que o STF trabalhava para o petismo e atuava para favorecer o ex-presidente. Postagens chamavam a atenção para uma “grande trama”, na qual o Supremo teria se aliado à esquerda “para retribuir favores”, alegando que muitos ministros foram nomeados nos governos do PT e que, assim, teria sido “aparelhado para servir a Lula e não ao Brasil”. Comentários colocavam o PT e a suprema corte como “organizações criminosas”, “de impostores delinquentes e transgressores das leis”. O STF

foi chamado de “esquerdopata”, “aparelhado pelos petralhas” e “base de sustentação do Foro de São Paulo”.⁷

De forma geral, o Supremo foi percebido como um antro de poderosos improdcentes, desonestos e bandidos, que desperdiçava dinheiro público com pompas e benesses, que avalizava a corrupção, sem compromisso com a justiça e o Brasil, que atrapalhava mais do que ajudava, sendo um “braço poderoso do *establishment*”, que precisava ser limpo e refundado, e apenas Bolsonaro podia fazer isso. Os principais adjetivos usados em referência à instituição foram “vergonhoso”, “inútil”, “corrupto” e “injusto”. Os ministros variaram de “inimigos do Brasil” a “bandidos de toga”. Dias Toffoli e Gilmar Mendes foram considerados os mais petistas e desonestos. Toffoli, inclusive, foi lembrado como “advogado do PT no passado” e “sempre fiel a Lula”.

Figura 1: Postagens que vinculam o STF a Lula



Fonte: grupo on-line pesquisado

⁷ O Foro de São Paulo, que reúne organizações e partidos da América Latina de variados espectros (socialdemocratas, nacionalistas, extrema esquerda, sindicatos, ambientalistas, católicos etc.), surge de seminário internacional promovido pelo PT, em 1990.

Essa não foi a primeira vez que o STF foi atacado na comunidade *on-line*. Antes, em maio de 2019, houve forte ofensiva a esse Poder, mesmo quando o acontecimento não envolvia uma decisão direta de seu corpo de ministros (Ver Dibai, 2020). Esse ataque recorrente sugere que há uma marcada desconfiança e indisposição com o Supremo, visto como quem contraria, desautoriza e rivaliza com a causa bolsonarista, o que é tido, por eles, como repudiável e inaceitável.

A noção de justiça expressa no grupo reconhece como justo apenas aquilo que está alinhado ao bolsonarismo. Qualquer coisa fora dessa direção, é tida como absurda e perigosa. Na percepção do grupo, se a lei beneficia o oponente, então ela não presta. Da mesma forma, se a instituição não atende prontamente ao presidente, então ela não serve. Dunker resume bem a lógica polarizada e afetos segregativos dos bolsonaristas, na frase: “Amam a lei que os protege, mas odeiam a que os restringe e limita” (2019, p. 102). A decisão do STF não foi discutida por argumentos técnicos nem constitucionais, mas de maneira emocionada, irada, pré-guiada por *tags* ou *slogans*, administradores ou o tom da maioria, o que simplificou imensamente o debate, que tendeu a dois extremos: massiva exaltação do presidente e massiva desqualificação do adversário.

A soltura de Lula

O clima de revolta com o Supremo ganhou um contorno ainda mais dramático e conspiratório após a libertação de Lula, no fim da tarde de 08/11/19. Muitos cogitaram que o petista tentaria derrubar o governo Bolsonaro, junto com “a massa de esquerdistas ignorantes”, uma vez que sua soltura era “parte de um plano do Foro de São Paulo”. Teve quem promettesse orar e quem ameaçasse vender tudo e “sumir” do Brasil. Ecos de “o crime compensa”, “o inimigo está solto” e “a esquerda não pode voltar” badalaram de tempos em tempos. Alguns imploraram a Bolsonaro que fizesse algo: “Reaja a essa patifaria, presidente!” ou “Mete um decreto aí”. Esperanças também foram depositadas no ministro Sérgio Moro: “Moro pode ter algo (incriminatório) contra Lula”.

Os fogos de artifício e buzinações em comemoração à soltura incomodaram drasticamente o grupo: “Que nojo, ainda tenho que aguentar o barulho”, “essas pessoas devem ser pagas pelo PT, tudo 30 reais, pão com mortadela” e “joguem ovos podres no Lula”. Um usuário

nem considerou que Lula esteve preso: “Lula ficou de férias numa cabine luxuosa e agora está fazendo campanha”.

Na visão bolsonarista, a liberação do petista colocava em risco até a economia: “A bolsa de valores está caindo” e “O dólar subiu”. Se fosse para culpar alguém, tinha os nordestinos. “Meu medo é da região nordestina. São facilmente manipulados, vide as eleições passadas” ou “Se não fosse essa região, Bolsonaro tinha ganhado no primeiro turno”. Paralelo à enxurrada de comentários, circulou uma campanha para silenciar o assunto. A ideia era não “dar ibope” a Lula, porém não funcionou.

O episódio mexeu com os sentimentos dos partidários, que anunciaram choro, raiva, insônia, angústia, decepção, “dor na alma”. Tamanha foi a tristeza que um integrante comparou a libertação do petista com o dia da morte de Ayrton Senna (piloto bicampeão de Fórmula 1), colocando em equivalência a liberdade do inimigo e o falecimento de um ídolo. Houve quem tomou calmante – “estou na quarta cápsula de maracugina” – e quem mencionou o coração, “mal”, “negro de preocupação” ou “em frangalhos”. Os valores morais também foram invocados. “Não quero ideologias para as minhas sobrinhas” ou “vamos para cima deles, em nome das futuras gerações”.

Lula foi chamado de ladrão, bandido, cachaceiro, presidiário, criminoso, gângster etc. Em torno de sua soltura, circularam os jargões: “mesmo solto, nunca será livre”, ou “para o homem mais honesto do país, foi mais fácil mudar a lei do que provar a inocência” (frase estampou vários *cards* e imagens). O esforço discursivo no grupo era de que a alforria não impusesse a Lula a condição de homem honesto.

Soluções à crise percebida

Frente à derrota percebida, houve três tipos de reações principais, nas quais se dividiram os apoiadores: 1) produção de apelos à unidade do grupo, reforçando a importância de manter a mobilização em favor do presidente/direita; 2) convocação de atividades pela aprovação da PEC 410 (PEC da Segunda Instância); e 3) pedidos de supressão da democracia.

Em relação ao primeiro item, os *slogans* mais difundidos foram: “juntos somos mais fortes” ou “Deus está no controle”. Membros considerados muitos descrentes – que viram a soltura de Lula como uma ameaça ao governo Bolsonaro – foram pressionados a mudar o tom, o que produziu desacordos intragrupo. Os religiosos marcaram presença nesse bloco discursivo, prometendo orações, jejuns e vigílias.

Já sobre a PEC da Segunda Instância, circularam convocatórias e uma extensa lista de ações, que exigia dos apoiadores atuação militante. A tarefa incluía realizar protesto de rua, abaixo-assinado, envio massivo de e-mails aos congressistas, agitação nas redes sociais, “subir” *hashtags* etc. A PEC foi percebida como “a última chance de se combater a impunidade e a corrupção”, o que aumentava a pressão e os discursos sobre engajamento. O entendimento era de que a emenda constitucional corrigiria o erro do STF, fortaleceria a Lava Jato e endureceria as leis/punições.

A supressão da democracia apareceu sem máscaras e meias palavras. Os discursos incluíam pedidos de fechamento do Congresso e Judiciário, tomada do poder pelas Forças Armadas, substituição do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Superior Tribunal Militar (STM) e até um novo AI-5.⁸ Além disso, houve referências explícitas e positivas à memória da ditadura civil-militar de 1964.

Figura 2: Exemplos de imagens intervencionistas



Fonte: grupo on-line pesquisado

⁸ O Ato Institucional 5 foi editado em dezembro de 1968 e instituiu o momento mais severo da ditadura de 1964, com suspensão do Congresso, cassação de mandatos, abolição de direitos políticos e *habeas corpus*.

Os intervencionistas percebem a tomada de poder pelos militares como a transferência direta do controle absoluto do país a Bolsonaro. Essa parcela de adeptos romantiza a ditadura, a qual imagina segura, sem corrupção e voltada aos valores familiares, além disso tende a considerar como muito negativas as negociações, discordâncias, multiplicidades e divisões de poder típicas da democracia.

É importante frisar que o público intervencionista encontra ou já encontrou respaldo no líder. Bolsonaro já declarou publicamente que não confia na democracia ou que a democracia é uma bagunça. Já ameaçou o Estado Laico, defendendo um Estado cristão. Elogiou diversas ditaduras – como a do Brasil, Peru e Chile –, bem como a tortura. Sugeriu o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Em 2011, desejou que a presidente Dilma Rousseff tivesse sido executada pelo regime militar. Em 2016, homenageou o torturador e coronel do Exército Brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra, na seção do *impeachment* de Dilma.

Informações inverídicas e teorias conspiratórias

O caso ofereceu alguns exemplos de desinformação intencional. De forma breve, esse conceito está associado ao uso de fatos deliberadamente inventados, alterados ou descontextualizados, colocados em circulação para influenciar pessoas, de modo que elas recebam a informação falsa como verdadeira (Recuero, 2019; Gomes e Dourado, 2019).

Pelo menos três informações inverídicas foram inseridas na conversação em relação ao Supremo Tribunal Federal. No dia 8/11/19, circulou a notícia de que o STF libertaria 85 mil presos, que seriam “jogados à rua”, colocando em risco o cidadão de bem. Esse número foi considerado distorcido e corrigido para 4,9 mil pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).⁹ Além disso, da maneira como foi divulgado, o texto dava a entender que a libertação era imediata ou automática, o que não era verdade. Assim, notou-se o uso da desinformação para gerar pânico social e ampliar a sensação de risco, ao mesmo tempo em que atingia a imagem e credibilidade do Poder Judiciário.

⁹ Ver em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-10/decisao-do-stf-sobre-2a-instancia-pode-afetar-49-mil-presos-diz-cnj>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Outra postagem de teor falso afirmou que o ministro do STF Gilmar Mendes censurou e desativou todas as redes sociais do vereador e filho do presidente Carlos Bolsonaro, em retaliação a postagens que ele teria feito pelo *impeachment* do ministro. A informação foi desmentida tanto pela agência Lupa quanto pelo Fato ou Fake. Nesse caso, a notícia inverídica visou construir o significado de abuso de autoridade, colocando Carlos como vítima de um Judiciário truculento, retaliatório, arrogante e injusto. Aqui, notou-se a tentativa do bolsonarismo de deslocar para o outro violências e autoritarismos, vitimizando o próprio grupo.

Também circularam duas capas falsas atribuídas ao jornal francês *Charlie Hebdo*. A primeira zombava do STF e o vinculava a Lula, como se a instituição o protegesse e reverenciasse. A segunda focava em Lula, que escrachava o Judiciário: “Confirmado: O Supremo brasileiro é uma merda”.

Figura 3: Postagens de desinformação intencional



Fonte: grupo on-line pesquisado

Usuários também compartilharam que teria sido Lula quem mandou derramar óleo nas praias do Nordeste.¹⁰ O ex-presidente foi acusado ainda de estar organizando uma imensa marcha a seu favor, com a presença de governantes da América Latina e África. O evento, segundo a postagem, seria maior do que o realizado na libertação de Nelson Mandela (ex-presidente da África do Sul, preso por 27 anos em função do *Apartheid* e libertado em 1990).

Os dados também mostraram a presença de teorias conspiratórias, aqui compreendidas como narrativas fabricadas a partir da interpretação fantasiosa ou extremada de certos fatos políticos, com a intenção de provocar medo e mobilizar determinado grupo contra seus oponentes. Essas retóricas, tidas como crenças falsas e potencialmente perigosas (Sunstein e Vermeule, 2009; Tucker *et al.*, 2018), geralmente atribuem poderes extraordinários ao sujeito – o de planejar, controlar tudo e todos, ultrapassar todo tipo de barreira, portar informações supra secretas (Sunstein e Vermeule, 2009).

Uma dessas teorias alertava para uma “gigantesca operação” que Lula, o PT e a esquerda estariam tramando para retomar o poder. Outras falavam em “caos”, “quebra-quebra”, “desordem”, “golpe de Estado”, “revolução comunista” e “plano do Foro de São Paulo”. Um texto atribuído a Olavo de Carvalho chegou a enumerar, de um a 10, o que aconteceria no país a partir da decisão do STF, indo da soltura de Lula à instalação de uma ditadura socialista.

Mensagens davam conta que o comunismo não acabou e que o Foro de São Paulo, construído no grupo como um “movimento globalista”, era um projeto antigo da esquerda, fundado após a queda do muro de Berlim e financiado pelo dinheiro da corrupção petista. A publicação misturava contextos e tempos distintos, incluindo na mesma seara Fernando Henrique Cardoso, as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), Hugo Chávez, George Soros, Lula, o PT, o rombo da Petrobrás, a reunificação da Alemanha etc.

O comunismo foi um dos apelos utilizados para causar pavor, mobilização e fúria. Mesmo sem evidências factuais de um comunismo ascendente, os partidários tendiam a crer que

¹⁰ Acontecimento ocorrido em agosto de 2019, quando apareceram manchas de óleo no litoral brasileiro, em especial nas praias do Nordeste. O caso teve grande visibilidade, tratado como uma tragédia ambiental.

sua ameaça era real e que uma quantidade enorme de pessoas e instituições articulavam sua implantação no Brasil, caso a direita desse brecha ou “deixasse a esquerda agir”. O medo de que o país virasse uma “Venezuela comunista e faminta” voltou a circular, bem como pedidos de que o comunismo fosse criminalizado no Brasil.

De forma geral, os conteúdos inverídicos têm servido para insuflar/mobilizar os membros e destituir os inimigos. Os alvos aparecem explícitos, nominalmente citados ou representados em foto, o que facilita o reconhecimento e, por consequência, a ojeriza. O enredo fabricado fornece um quadro interpretativo que estrutura a opinião das pessoas, despertando ódio e medo (Darmstadt, Prinz e Saal, 2019). Bennett e Livingston (2018) chamam a atenção para o fato de que, em alguns contextos – e esse parece ser o caso do Brasil –, a desinformação não é um problema aleatório ou marginal, uma vez que está ligada a financiadores políticos, movimentos e partidos, o que produz sérias desordens democráticas.

Falso consenso e exacerbação da liderança

Na comunidade virtual, notou-se a tendência de os partidários se autointitularem o próprio povo, os patriotas, o Brasil e a nação, superestimando sua força, influência, número, direitos e apoio, a forjar um consenso sobrestimado em torno das causas bolsonaristas. Nos protestos convocados, imaginavam manifestações gigantescas, a mobilizar milhões de pessoas, a parar São Paulo ou Brasília, a fazer deputados, senadores e ministros do STF “tremem de medo”. Nesses apelos ou convocações, parafernália nacionalistas substituíam o debate pela emoção: “a pátria precisa de nós”, “O Brasil está acima de todos”, “Lute hoje para não chorar amanhã”, “Brasil: o filho seu não foge à luta”, “Lute o bom combate, patriotas”, “Bolsonaro: somos os seus soldados” etc.

A visão predominante do grupo era de que basicamente petistas e nordestinos comemoraram a libertação de Lula, enquanto os demais brasileiros estavam indignados e envergonhados. Também em suas percepções, as Forças Armadas apareceram como à inteira disposição do capitão Bolsonaro, pronta para qualquer missão, a qualquer hora, bastasse o seu comando. Os militares foram vistos como um bloco aliado unitário, fiel e

subserviente. A burocracia e o conjunto de tensões, divergências e disputas que ocorrem nos quartéis foram ignorados e pacificados.

Os adeptos também tenderam a crer que Bolsonaro, por si só, salvava o governo. As boas intenções, a elevação moral e o heroísmo atribuídos ao líder – “aquele que derrotou a esquerda” ou “aquele que luta sozinho contra o *establishment*” – sustentavam a percepção de que o país vivia uma nova ordem e uma nova era, ainda que muito pouco foi falado sobre as ações e os projetos governamentais implementados. É como se a simples existência do líder superasse seus feitos. Assim, triunfava uma visão rasa, passional, exagerada e mítica da pessoa, capacidades e poder do presidente.

Fora da internet, pesquisa de opinião do Datafolha¹¹ identificou um movimento similar, um núcleo de pessoas que positivou o presidente em todos os quesitos: da administração à interferência dos filhos no governo. Pela estimativa do instituto, esse bloco, nomeado de “bolsonaristas *heavy*” ou “núcleo duro do bolsonarismo”, corresponderia a 12% da população.

A prática de inflar o próprio grupo tem apoio em outros estudos, que também identificaram os partidários muito engajados como mais propícios a manifestarem falso consenso, ou seja, a percepção de que suas causas e líderes têm muito mais apoio, importância e adesão do que efetivamente têm (Wojcieszak 2011; Luzsa e Mayr, 2019).

Clima de guerra e ofensividade

A comunidade virtual constrói um recorrente clima de guerra, como se variados inimigos espreitassem o líder ou distintas forças conspirassem contra ele. Ambientados nessa tensão, os partidários põem-se em alerta, manifestando apoio irrestrito ao presidente e promovendo ataques sistemáticos aos oponentes. Esse ambiente bélico se amarra em percepções distorcidas (ou delirantes) de ascensão do comunismo, de “nação suja” (que precisa ser limpa), de implosão do *establishment* (como solução à refundação do país) e de que os oponentes são terrivelmente maus e devem ser banidos.

¹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/nucleo-duro-de-apoio-a-bolsonaro-e-de-12-da-populacao-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 17 out. 2020.

A agressividade com os adversários é nítida, bem como a presença de sentimentos negativos, de medo ao ódio. Xingamentos, ameaças, mentiras, apelidos pejorativos, campanhas de *deslike* etc. foram recursos mobilizados no processo de destituir o outro. No caso analisado, os usuários mencionaram a morte dos desafetos, os compararam a “ratos” e “baratas” e espalharam o jargão “bandido bom é bandido morto”. Também houve postagens muito negativas em relação ao STF, com apelos para que os ministros morressem ou para que o prédio da instituição fosse incendiado.

Lula foi atacado de distintas formas. Falaram em atirar nele com escopeta ou fuzil. Desejaram que ele morresse de tanto consumir álcool, reforçando o estereótipo de cachaceiro, ou que misturasse remédios com cachaça para falecer mais rápido. Chamaram-no de rato e terrorista. Sua figura foi associada a homicidas condenados, como Suzane von Richthofen e Champinha¹², e ilustrado como bandido, com arma na mão ou tatuagem na testa escrito “ladrão” ou “vacilão”. A repulsa também se expandiu a outros petistas (José Dirceu, Gleisi Hoffmann, Fernando Haddad, Maria do Rosário), que tiveram as imagens incrementadas com outras fobias: comunismo, corrupção, violência.

Figura 4: Postagens ofensivas



Fonte: grupo on-line pesquisado

¹² Dois homicidas brasileiros condenados, acusados de sociopatia pelas autoridades policiais e psicólogos criminais. A primeira foi acusada de matar os pais. O segundo assassinou um casal de jovens, em um crime envolvendo tortura e estupro.

O mais alarmante é que esse processo de destituição do outro teve rápida e massiva adesão na comunidade, que não coibiu, constrangeu ou puniu os autores dos comentários odiosos. Os adeptos do radicalismo de direita tendem a eleger bodes expiatórios sob os quais despejam medos, ira e ressentimentos (Scrivens, 2017; Colombo *et al.*, 2016). A complexidade social acaba simplificada nesse sujeito/problema, que recebe toda a culpa e fúria, isentando o grupo de responsabilizações e equívocos (Colombo *et al.*, 2016).

Repetição, slogans e despolitização

Os usuários aderiram a jargões e *slogans*, que foram explorados ao máximo – “Eu não tenho bandido de estimação”, “Lula nunca será livre”, “Cadeia para os CorruPTos” etc. As *hashtags*, da mesma forma, se converteram em formas de engajamento, que sintetizaram o debate e marcaram posição – ForaSTF, Luladrão, PEC410Já.

As *tags*, na imensa maioria das vezes, são divulgadas pelos administradores, que as fixam no topo da conversa, sinalizando aos partidários o micro discurso a ser aderido no dia. Nesse quesito, fica claro o direcionamento de ações/opiniões pelo *staff* da comunidade, embora não haja como negar que existe organicidade e engajamento voluntário no grupo.

O uso de jargões, *slogans* e textos curtos têm sido frequentes. A repetição tende a fortalecer a ideia por trás das mensagens, fabulando uma sensação de unidade e consenso em torno do tema. Além disso, pensando na vivência intragrupo, ainda contribui para forjar um sentimento de pertencimento, de que ali se “fala a mesma língua”. Esses elementos incentivam a retórica fragmentária e a compreensão imediata, despolitizando o debate ao máximo.

Alonso (2019) afirma que as sínteses se encaixam muito bem na comunidade bolsonarista, que apela ao incisivo, ao autoexplicativo, ao chavão e ao caricato. No argumento da autora, o bolsonarismo se afasta do raciocínio complexo, do conhecimento crítico, da política como espaço de divergência, da mesma forma em que os jargões, *memes* e *slogans* fecham-se em uma ideia, se justificam na repetição, economizam análise, esbanjam opinião.

Considerações finais

Neste artigo, discutiu-se o ataque de partidários bolsonaristas ao STF e Lula, construídos como problemas ao Brasil, sendo o Supremo Tribunal Federal a estrutura que favoreceria à corrupção e o ex-presidente, o próprio indivíduo corrupto favorecido pelo “sistema”. A insegurança diante de um suposto afrouxamento legal-penal, a desconfiança de que o Judiciário estivesse aliado à esquerda e o pavor de que o PT voltasse ao poder apareceram como painel de fundo para a demonização e destituição dos atores.

A substituição da argumentação racional pela emoção, a mobilização de sentimentos negativos em relação aos inimigos e até ao país, a polarização extrema e a visão inflexível de que a sociedade está dividida entre bons e maus, bem como a alta adesão ao líder, que funciona como fonte de afeto, aglutinação e mobilização dos usuários, são elementos que ancoram a comunicação no grupo e radicalizam as práticas, que vão da mentira intencional até a manifestação de ódio contra o oponente.

Identificaram-se, no caso analisado, narrativas diversas: de pedidos de intervenção militar a propostas para pressionar democraticamente o Congresso; o que sugere variação discursiva (porém sempre dentro do mesmo espectro, da direita), diferentes níveis de radicalidade entre os membros e organicidade, com a participação da base na composição da conversação. No ambiente do *Telegram*, nota-se que os usuários não apenas compartilham mensagens postadas pelo *staff*, mas também produzem conteúdos, dos mais variados tipos, desde informações de suas cidades/cotidiano até repercussão de fatos (inter)nacionais, de modo que não atuam somente como reprodutores de mensagens prontas. No entanto, a relação *staff* x base de usuários não é o foco deste artigo, de modo que não aprofundou-se mais no tema.

Diversas práticas comunicativas foram identificadas, algumas supostamente menos danosas – como a intensa repetição discursiva e o falso consenso que superestima o grupo. Outras, notadamente preocupantes e severas – como a difusão de conteúdo falso; o flerte com a violência e o ódio; sem falar na severa ofensividade aplicada aos inimigos. Evidentemente que essas estruturas atuam combinadas e fundidas, uma potencializando a outra, de modo que seu isolamento só cabe enquanto estratégia analítica, sendo até difícil precisar suas fronteiras.

De forma nenhuma, o artigo pretende resumir a comunicação do grupo às práticas aqui listadas ou esgotar essa discussão no caso analisado. Também se reconhece a pluralidade da comunidade virtual, ainda que estudos sobre grupos possam levar a subnotificações e generalizações. Além disso, o trabalho se debruça sobre a conversação, de modo que pode não representar a visão de todos os inscritos, até porque muitos membros não participam ativamente.

A metodologia também é um desafio, tendo em vista a dificuldade de quantificações. Medir numericamente o grupo, a partir de palavras-chave, é uma tarefa difícil, que tem se mostrado pouco produtiva ou frágil pelo tipo de *corpus* e ambiente, cuja informalidade, fragmentação, imprevisibilidade, ambiguidade, instantaneidade e criatividade são imensas. Isso ocorre porque um mesmo sentido pode ser composto por diferentes termos, de diversas formas (Lula é ladrão / Ele é um larápio / Molusco rouba o Brasil – por exemplo). Um signo pode ter variados significados ou referentes, a depender do dia, tema e circunstância (a esquerda, por exemplo, pode significar milhares de coisas, associada a personalidades e eventos variáveis). Um único emissor, que inclusive pode ser um *bot*, poderia *floodar* o suficiente para fazer seu discurso parecer eloquente, quando apenas ele emitiu aquele tipo de juízo de valor. Além do mais, em um mesmo dia, é possível ter três ou quatro climas de opinião diferentes.

Nesse tipo de ambiente, nem sempre o argumento é inserido em uma única mensagem, de forma clara e completa. Muitas vezes, o raciocínio é fatiado em diversas postagens. Além disso, o texto não obedece, necessariamente, ao formato “sujeito + predicado”, podendo se resumir a uma única palavra, a emoticons, apenas a predicados (com o sujeito implícito) ou a substituição do sujeito por pronomes, apelidos, cargos ou referências outras (ele, o cara, o petista, o ex-presidente etc.). Ou seja, a variedade de termos e formas que o usuário pode mobilizar na composição de sua opinião, bem como a ideia de sequência, porque a conversação segue uma sequência, ainda que fragmentada e instável, impacta bastante na quantificação e na operacionalização de *softwares* de rastreo. Por isso, a pesquisa apostou seus esforços na leitura sistemática do *corpus*, acompanhando os termos de interesse um a um.

Apesar das limitações, acredita-se que o artigo traz contribuições interessantes sobre o bolsonarismo *on-line*. Primeiramente, porque trata do *Telegram*, onde as pesquisas ainda são raras. Depois, porque foge do contexto das eleições, propondo-se a averiguar o fenômeno para além do momento de campanha eleitoral. A imensa maioria dos trabalhos, inclusive os citados aqui, na seção de discussão com a teoria, se atêm a esse cenário/momento. Por último, porque busca associar valores e práticas, partindo da premissa de que crença e ação estão diretamente relacionadas.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: Vários Autores (orgs). *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 11-34.
- ALBRECHT, S., FIELITZ, M.; THURSTON, N. Introduction. In: FIELITZ, M.; THURSTON, N. (eds). *Post-Digital Cultures of the Far Right Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US*. Leipzig: DeutscheNationalbibliothek, p. 7-24, 2019.
- ALONSO, A. A comunidade moral bolsonarista. In: Vários Autores (orgs). *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.52-70.
- BENNETT, Lance e LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*: v. 33 n.2 p.122-139, 2018.
- BRIGHT, J. Explaining the Emergence of Political Fragmentation on Social Media: The Role of Ideology and Extremism. *Journal of Computer-Mediated Communication*, n. 23, p. 17-33, 2017.
- BURSZTYN, V.; BIRNBAUM, L. *Thousands of small, constant rallies: a large-scale analysis of partisan WhatsApp Groups*. Asonam: Vancouver, 2019.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia (USP-SP)*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. *Esferas*, n. 14, p. 1-17, 2019.
- CLIFFORD, B.; POWELL, H. *De-platforming and the Online Extremist's Dilemma*. Lawfare Blog, section Counterterrorism, 06 jun. 2019. Disponível em <https://www.lawfareblog.com/de-platforming-and-online-extremists-dilemma>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- COLOMBO, E.; CREAGH, R.; CASTELLANOS, H.; GARNIER, J. *Políticas do medo*. São Paulo: Intermezzo, 2016.

DARMSTADT, A.; PRINZ, M.; SAAL, O. The Murder of Keira: Misinformation and Hate Speech as Far-Right Online Strategies. In: FIELITZ, M.; THURSTON, N. (eds). *Post-Digital Cultures of the Far Right Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US*. Leipzig: DeutscheNationalbibliothek, 2019, p. 155-168.

DIBAI, P. *Bolsonarismo on-line*: “Com ou sem democracia, salvemos o capitão!”. *Revista Tensões Mundiais*, v. 16, n. 30, p. 177-211, 2020.

DUNKER, C. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: Vários Autores (orgs). *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-135.

FAUSTO NETO, A. Trajetos do corpo de uma mulher: construção e desmontagem de fake news na campanha digital de Jair Bolsonaro. In: CASTRO, P. C. (org.). *Circulação discursiva e transformação da sociedade*. Campina Grande: EDUEPB, 2018, p. 213-235.

GOMES, W.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

HEISS, R.; MATTHES, J. Stuck in a nativist spiral: content, selection, and effects of right-wing populists' communication on Facebook. *Political Communication*, p. 1-26, 2019.

KLEIN, O.; MUIS, J. Online discontent: comparing Western European far-right groups on Facebook. *European Societies*, v. 21, n. 4, p. 540-562, 2019.

LUZSA, R.; MAYR, S. Links Between Users' Online Social Network Homogeneity, Ambiguity Tolerance, and Estimated Public Support for Own Opinions. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, v. 22, n. 5, p. 325-329, 2019.

MENDES, C. A política do pânico e circo. In: Vários Autores (orgs). *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 230-246.

NEMER, D. *A radicalização invisível da direita brasileira no WhatsApp*. HuffPost [on-line], 20 ago. 2019. Seção Opinião. Disponível em https://www.huffpostbrasil.com/entry/whatsapp-bolsonaro_br_5d5b5487e4b0d1e11366e0a9. Acesso em 28 ago. 2019.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Nova direita nas ruas?: uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu: história, memória e política*, v. 7, n.11, p. 169-180, 2016.

PIAIA, V.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 43, n. 3, p. 135-154, 2020.

PRICE, V.; NIR, L.; CAPELLA, J. Normative and Informational Influences in Online Political Discussions. *Communication Theory*, v. 16, p. 47-74, 2006.

RECUERO, R. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições de 2018. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 16, n. 47, p. 432-458, 2019.

ROGERS, R.; Deplatforming: Following extreme Internet celebrities to Telegram and alternative social media. *European Journal of Communication*, p. 1-17, 2020.

SAKKI, I.; PETTERSSON, K. Discursive constructions of otherness in populist radical right political blogs. *European Journal of Social Psychology*, v. 46, p. 156-170, 2016.

SCRIVENS, R. *Understanding the Collective Identity of the Radical Right Online: A Mixed-Methods Approach*. 2017. 300 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Criminology, Simon Fraser University, Burnaby, 2017.

SOLANO, E. *Crise da democracia e extremismo de direita*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung - Brasil, 2018.

SUNSTEIN, C. *Echo Chambers*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SUNSTEIN, C.; VERMEULE, A. Conspiracy Theories: causes and cures. *The Journal of Political Philosophy*, v.17, n.2, p. 202–227, 2009.

TELLES, H. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? *Revista Interesse Nacional*, ano 8, n. 30, 2015.

TORNBERG, A.; WAHLSTROM, M. Unveiling the radical right online: Exploring framing and identity in an online anti-immigrant discussion group. *Sociologisk Forskning*, v. 55, n. 2–3, p. 267–292, 2018.

TUCKER, J.; GUESS, A.; BARBERÁ, P.; VACCARI, C.; SIEGEL, A.; SANOVICH, S.; STUKAL, D.; NYHAN, B. *Social Media, Political polarization and political disinformation: a review of the scientific literature*. [s.l.]: Hewlett Foundation, 2018.

URMAN, A.; KATZ, S. What they do in the shadows: examining the farright networks on Telegram. *Information, Communication e Society*, p. 1-20, 2020.

WOJCIESZAK, M. Computer-Mediated false consensus: radical online groups, social networks and news media. *Mass Communication and Society*, n. 14, p. 527-546, 2011.

Notas

Agradeço aos revisores da revista pelas sugestões e contribuições, bem como aos colegas Paulo Henrique Pita e Frederico Oliveira por revisarem e opinarem sobre a ideia/texto.

Pesquisa financiada pela Capes.

A Autora

Priscilla Cabral Dibai é doutoranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (POSCOM-UFBA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-91>

Data de submissão: 30/04/2020

Data de aprovação: 14/02/2021